Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Frades, Buranhém e Santo Antônio

ATA Nº01/2019 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS FRADES, BURANHÉM E SANTO ANTÔNIO - CBH FRABS, REALIZADA EM 20/03/2019, NA UNIDADE REGIONAL DO INEMA EM EUNÁPOLIS.

Presentes: *Marcos Eduardo Cordeiro Bernardes (Presidente do CBH FRABS e da sessão; representante da UFSB); Adriana Cilene Rozan Prestes (representante do ICMBio - titular no segmento poder público federal); Gildo Silva Souza (representante do CONDESC - titular no segmento poder público municipal); Eumar Vieira Ricaldoni (representante da Prefeitura Municipal de Porto Seguro - titular no segmento poder público municipal); Wallyson Agnelo Rodrigues (representante do MDPS - suplente no segmento organizações civis de recursos hídricos); Izabel Leal Silva Santana Bendel (representante da RPPN Belas Artes – titular no segmento usuários – turismo e lazer); Wilson Bittencourt dos Santos Filho (representante da Associação de Capoeira Kilombolas - - titular no segmento usuários – turismo e lazer); Alex dos Santos Gil (representante da Associação Nova Vitória - titular no segmento organizações civis de recursos hídricos); Mário Sabino dos Santos Júnior (representante da EMBASA - titular no segmento usuários); Juenildo Oliveira Farias (representante da Associação dos Produtores Rurais da Baixa Verde - titular no segmento usuários); Mauro Moreira Borges (representante do CEPEDES - titular no segmento organizações civis de recursos hídricos - ONGs ambientalistas); Márcio Santos Carvalho (representante da Bahia Pesca - titular no segmento usuários – pesca); Fábio de Andrade Vieira (representante da Associação de Apicultores de Eunápolis - titular no segmento usuários).Faltas justificadas: Rozilene Lemos Oliveira Farias (Secretária-Executiva do CBH FRABS e representante da COOTEBA) encontrava-se em evento do FBCBH, em Salvador, onde representou o CBH FRABS e Virgínia Londe de Camargos (representante da Veracel Celulose - titular no segmento usuários) foi convocada para uma atividade interna na empresa e encaminhou email justificando-se. Convidadas(os): Felipe Soares de Moraes (estudante da UFSB); Jonas Nascimento dos Santos (COONAPOLIS) e Givanildo Bispo do Nascimento (Banco do Nordeste).* **A.Informes; B.Aprovação de ata da reunião ordinária de 10/10/2018; C. Ordem do dia: 1. Indicação de representante do CBH FRABS no Conselho do Parque Nacional do Alto Cariri (Proponente: Adriana Prestes);2. Renovação da concessão dos serviços de água e esgoto no município de Porto Seguro (Proponente: Marcos Bernardes); 3. Situação das barragens irregulares para irrigação nas bacias localizadas na área do comitê (Proponente: Juenildo Farias); 4. O que ocorrer.** A reunião começou às 10h da manhã, fora do horário regimental, devido a condições de chuva extrema. O membro José Emárcio Bezerra Torres (ASSOCIENGE) e a convidada Tânia Maria Macedo dos Santos (OAB) estiveram presentes no local da reunião, mas foram embora após encerrado o tempo regimental da reunião.O Presidente Marcos Bernardes inicioua reunião passando alguns informes à plenária, destacou a reunião para discussão do Plano Plurianual 2020-2023 no Território da Costa do

Descobrimento, realizada em Eunápolis em 15 de fevereiro de 2019. Na oportunidade, dentre as 30 (trinta) ações prioritárias aprovadas, duas relacionam-se à gestão de recursos hídricos, sendo uma a proteção de nascentes e a outra a aprovação do Plano de Bacias do CBH FRABS. Marcos também falou da submissão, por docentes da UFSB campus Porto Seguro, de proposta a edital da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), com foco na integração entre bacias hidrográficas e zonas costeiras. A proposta foi aprovada no mérito, mas não agraciada com recursos financeiros. Ele informou que a UFSB encaminhou recurso e aguarda o resultado final do edital. Marcos também informou sobre a reunião do Fórum Baiano de Comitês de Bacias Hidrográficas (FBCBH), na qual o CBH FRABS foi representado pela sua secretária-executiva, RozileneLemos, em que se discutiu a realização do I Encontro Baiano de CBHs, previsto para ocorrer de 23 a 25 de julho em Salvador. Wilson Bittencourt destacou a fala do gerente-regional da EMBASA, Severino Neto, na reunião sobre o PPA, de que há expectativa de colapso na disponibilidade hídrica da região nos próximos seis anos. Mauro Borges informou sobre edital do Governo do Estado sobre microbacias, via Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (SIRHS). Izabel Bendel solicitou uma visita de representantes do CBH FRABS às nascentes do rio dos Frades, devido ao seu grau de impactos ambientais negativos. Também destacou que seria justo que ela pudesse receber uma diária a cada duas reuniões, uma vez que fica caro para ela se deslocar a cada reunião. Marcos informou sobre a realização de evento da UFSB, no campus Porto Seguro, em homenagem ao Dia Mundial da Água. **B. Aprovação de ata da reunião ordinária de 10/10/2018**: uma vez que havia inconsistências entre os nomes de membros presentes na ata da reunião e quem efetivamente esteve presente, a apreciação da ata foi retirada de pauta e remetida para a reunião de 12 de junho de 2019. **C. Ordem do dia: 1. Indicação de representante do CBH FRABS no Conselho do Parque Nacional do Alto Cariri (Proponente: Adriana Prestes)**: Adriana explicou que considera necessária a presença do CBH FRABS no Conselho do PARNA Alto Cariri, pois parte das nascentes dos rios do FRABS encontram-se na área daquela unidade de conservação. Também explicou que devem ocorrer em torno de três reuniões por ano. Na oportunidade, Juenildo Farias e Mauro Borges se dispuseram a representar o CBH FRABS, sendo aprovada a indicação do primeiro como titular e do segundo como suplente.**2. Renovação da concessão dos serviços de abastecimento de água e esgoto de Porto Seguro (Proponente: Marcos Bernardes):**Marcos Bernardes justificou a inclusão dessa questão enquanto ponto de pauta neste comitê por ter representado o comitê, em uma audiência pública realizada em Porto Seguro, sem uma posição formal da sua plenária e que, portanto, buscava respaldo para apresentar a posição do CBH FRABS nas próximas oportunidades. Que as audiências públicas sobre o assunto ocorreram entre as reuniões ordinárias do comitê. Mario Jr informou que participou de três das quatro audiências; que a EMBASA opera sem contrato e que já procurou a Prefeitura Municipal de Porto Seguro para discutir o assunto, mas não houve retorno. Os distritos de Vale Verde, Itaporanga eCaraíva não têm serviços de água e esgoto e não foram contemplados no Plano Municipal de Saneamento de Porto Seguro. Continuou informando que a PREFISAN é uma empresa privada que tem atuado em diversos municípios da região, prestando consultoria para elaboração dos planos de saneamento e que possui claro interesse em participar dos certames. Que no edital de licitação em Prado só houve uma empresa interessada, de nome SOCIENGE. Após a audiência realizada em Vera Cruz, não sabe o que aconteceu com o processo de renovação da concessão. Destacou ainda a desinformação pela população e que a EMBASA opera com tarifa única para todo o estado. Portanto, o fato do preço ser conhecido, facilita o trabalho da concorrência e dificulta a participação da EMBASA em licitações. Já EumarRicaldoni ressaltou a necessidade de se distinguir privatização de concessão e que o edital de licitação ainda será lançado. Wilson Bitencourt destacou a perda de tempo dessa discussão, uma vez que foi publicada a Lei Complementar, do Estado da Bahia 47/2018; que define a microrregião de saneamento do extremo sul, comparticipação de 50% da sociedade civil; 25% do Governo do Estado e 25% de representantes dos municípios. Segundo ele, no Prado, há alegações de que a lei é inconstitucional. Mauro Borges defendeu a tarifa única como política social e que apoia a EMBASA no sentido de política de proteção social entre municípios com características distintas. Marcos Bernardes informou que a ata da audiência pública, realizada na Câmara de Vereadores de Porto Seguro, foi falha, uma

vez que não houve identificação adequada das pessoas inscritas para falar ou mesmo qualquer detalhamento dos argumentos apresentados. Também questionou a modalidade de licitação: só preço ou preço e técnica? Destacou ainda a necessidade de investimentos na rede de água e de esgoto, pois em Porto Seguro a rede de coleta e tratamento de esgotos está muito melhor estruturada do que em Eunápolis, o que representa vantagens para qualquer empresa que deseje investir em uma rede com maior cobertura no atendimento do serviço. Argumentou que devem ser levados em conta aspectos de segurança e previsibilidade jurídica, como o modelo de contrato, além de um plano de metas e, especialmente, de sanções a serem aplicadas em caso de descumprimento do serviço, independentemente da figura jurídica e da empresa que ganhe a licitação. Mauro Borges reforçou a necessidade de explicitação das metas e prazos para cobertura de todos os distritos do município. Mario Jr. informou que o contrato da concessão anterior contava apenas com duas páginas, sem detalhamento de obrigações e sanções e que saneamento é algo recente no país. Também destacou que não houve diálogo com definição de condicionantes e metas pela EMBASA e que a realidade do saneamento é outra. Marcos Bernardes argumentou que é necessário definir corresponsabilidades e citou como exemplo o fato de ocupações irregulares ou mesmo de lançamento de efluentes na rede pluvial não ser de responsabilidade da concessionária do serviço de água e esgoto e que seria necessário mais tempo para discussão. Mauro Borges lembrou que é responsabilidade do município, enquanto gestor territorial e fundiário, ordenar a ocupação e que nenhum loteamento foi aprovado em Eunápolis, com a infraestrutura básica prevista, durante a gestão dele. Informou ainda que a proposta de plano diretor foi feita, mas não votada; que o município solicitou carta de anuência à EMBASA, necessária para a amarração legal com as obrigações da concessionária. Mario Jr. defendeu a responsabilização das prefeituras pela carência de investimentos na drenagem pluvial e resíduos sólidos, o que sobrecarrega o sistema de tratamento de esgoto. Givanildo Nascimento argumentou queas empresas privadas de saneamento têm incertezas quanto aomarcojurídico, devido à falta de clareza das atribuições dos entes (Municípios, Estadose União); também destacou o conceito de provisão de recursos para a gestão e execução dos serviços; perguntou se a lei complementar estadual deve passar pelo crivo do comitê instituído pela lei.Como encaminhamento, ele defendeu que o bem "água" é diferente de um sapato ou uma camisa; inaplicável o conceito de mercado à água; o bem "água" transcende os limites municipais e que só o estado pode gerir. Defendeu ainda que não basta discutir só a EMBASA, ou a razão social, mas também a forma de governança e de gestão. Qualquer que seja a empresa vencedora, deve haver capacidade técnica de fiscalização e acompanhamento da efetividade da concessão do serviço.Jonas Santos manifestou-se contrário à privatização e que trabalha na concepção da água, saneamento, resíduos sólidos como um todo e que nenhuma empresa privada fará melhor do que o estado. Também destacou que a escuta da população não foi feita. Gildo Souza alegou que a população está desinformada e que "a EMBASA é a vilã de tudo". Que a população quer o serviço com preço acessível, independente de quem o ofereça.Mario Jr. argumentou que a população deve ser informada. Izabel Bendel disse que toda mudança é difícil e perguntou o que o CBH FRABS pode fazer para atender às necessidades e ações de pecuaristas que desrespeitam a legislação. Mauro Borges exemplificou a concessão em Itabuna, com a municipalização do serviço e defendeu que se busque um equilíbrio entre a viabilidade da tarifa e focar no edital (modalidade preço e técnica), além de metas de desempenho. Patricia Cavalcante informou que acompanhou as discussões em Porto Seguro e que ficou impressionada positivamente, com questionamentos pertinentes e participação efetiva da sociedade nas discussões. Ela informa que houve demanda similar em Prado e que discussões ocorreram no CBH PIJ: apresentação, pela EMBASA, da situação de municípios em que a concessão foi para a iniciativa privada. Como complementação, informou que o CEFIR atua a partir de demandas, com ações fiscalizatórias. O INEMA não dá conta de fiscalizar as atividades. São 13 técnicos para licenciamento, fiscalização, participação em órgãos colegiados e ações de sensibilização; que o CEFIR é declaratório e, em alguns casos, ocorrem informações incorretas, com prazo de até20anos para recuperar a área. Patricia Cavalcante informou ainda que foi formalizada denúncia no FBCBH, sobre barramentos no rio João de Tiba, e encaminhada diretamente ao INEMA em Salvador, enquanto a UR Eunápolis do INEMA não foi

informada sobre a denúncia, mas que a mesma já havia sido atendida localmente. Solicita também que esse tipo de denúncia em nome do CBH FRABS devapassar pela apreciação da plenária desse colegiado. São 13 técnicos, com 3 em licença de saúde. Informou ainda que de janeiro a março de 2019, foram analisados 330 processos. Marcos Bernardes reforçou a fragilidade da ata da audiência pública da qual participou e se manifestou publicamente; que também se deve ter em mente que as empresas de água e esgoto figuram atualmente como tábua de salvação financeira de estados; que o colegiado de controle social dos serviços de água e esgoto de Porto Seguro foi previsto no Plano de Saneamento de Porto Seguro, mas que após instituído, encontra-se em dificuldades para o seu efetivo funcionamento e que há a necessidade de se compartilhar essa atribuição com a AGERSA. Como encaminhamentos deste ponto de pauta, deliberou-se por: i. realização, por parte dos membros do CBH FRABS, de análise do edital vigente de concessão para discussão;ii. encaminhar manifestação contrária à forma e ao conteúdo da ata publicada da audiência pública realizada na Câmara de Vereadores de Porto Seguro, em 16 de janeiro de 2019, por não identificar adequadamente as representações inscritas para se manifestar, assim como por não retratar com fidelidade as falas realizadas; iii. realização de uma reunião extraordinária do CBH FRABS em caso de fato novo.**3. Situação das barragens irregulares para irrigação nas bacias localizadas na área do comitê (Proponente: Juenildo Farias)**: Juenildo Farias argumentou que há barramentos com 40 hectares de espelho d'água no rio João de Tiba. Patrícia Cavalcante perguntou se havia sido apresentada denúncia quanto a esse barramento e informou que já respondeu a Juenildo Farias sobre esse caso. Também disse que o licenciamento ambiental é dispensado em casos assim. Mauro Borges informou que é necessário apenas o licenciamento dos aspectos civis da obra. **4. O que ocorrer**: foi definido o calendário de reuniões ordinárias de 2019, sendo as próximas nas seguintes datas: 12/06, 11/09 e 13/11. Marcos Bernardes agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a reunião. Eu, Marcos Eduardo Cordeiro Bernardes, Presidente do CBH FRABS, lavrei a presente ATA. Eunápolis – BA, 20 de março de 2019.

Mauro Moreira Borges —

Márcio Santos Carvalho —

Juenildo Oliveira Farias

Adriana C. R. Prestes —

Eumar Vieira Ricardo

Marcos Eduardo Cordeiro Bernardes

Felipe Soares de Moraes

Felipe Soares de Moraes